

Salgueiro Solar Holding S.A.

**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas em 31 de
dezembro de 2023
com Relatório do Auditor
Independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Salgueiro Solar Holding S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Salgueiro Solar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Salgueiro Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



William Morton Ricardo
Contador CRC 1SP239058/O-1

Salgueiro Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Caixa e equivalente de caixa	5	55	7	4.745	6.329	Fornecedores	11	3	3	4.349	2.329
Clientes a receber	6	-	-	6.218	4.669	Financiamentos	12	-	-	12.005	10.797
Impostos a recuperar		5	3	400	305	Ressarcimento	14	-	-	3.647	9.070
Adiantamento a fornecedores		-	-	1	572	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	474	21
Despesas antecipadas		-	-	884	898	Obrigações tributárias		1	-	1.573	1.439
Dividendos a receber	17	2.071	-	-	-	Arrendamento		-	-	414	-
Indenização a receber	7	-	-	27.543	-	Dividendos a pagar	17	1.934	-	1.934	-
Total do ativo circulante		2.131	10	39.791	12.773	Outros passivos circulantes		-	-	78	-
						Total do passivo circulante		1.938	3	24.474	23.656
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	7.759	8.158	Financiamentos	12	-	-	276.452	285.011
Contas a receber de partes relacionadas	15	279	604	-	-	Mútuos a pagar	13	11.176	-	11.176	-
Total realizável a longo prazo		279	604	7.759	8.158	Provisão para desmobilização	16	-	-	6.853	6.370
						Total do passivo não circulante		11.176	-	294.481	291.381
Investimentos	9	199.628	178.258	-	-	Patrimônio líquido	18				
Imobilizado	10	-	-	460.329	472.975	Capital social		182.716	182.716	182.716	182.716
Total do ativo não circulante		199.907	178.862	468.088	481.133	Reserva de lucros		6.208	-	6.208	-
						Prejuízos acumulados		-	(3.847)	-	(3.847)
Total do ativo		202.038	178.872	507.879	493.906	Total do patrimônio líquido		188.924	178.869	188.924	178.869
						Total do passivo e patrimônio líquido		202.038	178.872	507.879	493.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas .

Salgueiro Solar Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	19	-	-	41.413	32.327
Custos de Operação	20	-	-	(27.466)	(28.104)
Lucro Bruto		-	-	13.947	4.223
Despesas gerais e administrativas	20	(85)	(90)	(3.737)	(526)
Outras receitas operacionais	21	-	-	27.543	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	12.341	(10.223)	-	-
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas e impostos		12.256	(10.313)	37.753	3.697
Receitas financeiras	22	10	14	1.025	941
Despesas financeiras	22	(277)	298	(24.605)	(13.187)
Resultado financeiro líquido		(267)	312	(23.580)	(12.246)
Resultado antes dos impostos		11.989	(10.001)	14.173	(8.549)
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-	(2.184)	(1.452)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		11.989	(10.001)	11.989	(10.001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas .

Salgueiro Solar Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	11.989	(10.001)	11.989	(10.001)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	11.989	(10.001)	11.989	(10.001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas .

Salgueiro Solar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Controladora e Consolidado					
	Nota	Capital social		Reserva de Lucros		Prejuízos / Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	A integralizar	Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		148.215	322	-	-	6.154	154.691
Integralização de capital		34.501	(322)	-	-	-	34.179
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(10.001)	(10.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		182.716	-	-	-	(3.847)	178.869
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	11.989	11.989
Constituição de reserva legal	18	-	-	407	-	(407)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	(1.934)	(1.934)
Reserva de retenção de lucros	18	-	-	-	5.801	(5.801)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		182.716	-	407	5.801	-	188.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas .

Salgueiro Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos	11.989	(10.001)	14.173	(8.549)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação	10	-	14.717	18.975
Prejuízo na venda de imobilizado	10	-	2.377	-
Juros de financiamentos	12	-	19.902	12.886
Ajuste a valor presente da provisão de desmobilização	16	-	483	591
Indenização a receber	7	-	(27.543)	2.603
Ressarcimento	14	-	(5.423)	-
Suprimento de energia - Não faturado	6	-	(3.734)	-
Provisão de fornecedores	11	-	1.698	-
Provisão de aluguel	-	-	414	-
Atualização monetária de mútuo a pagar	13	276	276	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(12.341)	-	-
		(76)	17.340	26.506
Variações no ativo e passivo:				
Contas a receber	6	-	2.185	1.456
Adiantamento a fornecedores	-	-	571	-
Impostos a recuperar	(2)	(1)	(95)	(193)
Despesas Antecipadas	-	-	14	(52)
Fornecedores	11	2	290	(14.894)
Obrigações tributárias	1	-	134	(212)
Outros passivos circulantes	-	-	78	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		10.823	31.437	12.611
Pagamento de juros s/ financiamentos	12	-	(20.271)	(31.665)
Pagamento de IR e CS	23	-	(1.731)	(1.452)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		10.823	9.435	(20.506)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte de capital em investidas	9	(11.100)	(34.496)	-
Adição e baixa do ativo imobilizado	10	-	(5.089)	(23.864)
Venda do ativo imobilizado	10	-	673	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(11.100)	(4.416)	(23.864)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de financiamentos	12	-	(6.982)	(2.384)
Captação de financiamentos	12	-	-	25.154
Aumento de capital	18	-	34.179	34.179
Partes relacionadas	15	325	82	(6.975)
Cauções e depósitos vinculados	8	-	399	(337)
Mútuos a pagar	13	10.900	10.900	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		11.225	4.317	49.637
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		48	(1.584)	5.267
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	7	6.329	1.062
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	55	4.745	6.329
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		48	(1.584)	5.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Salgueiro Solar Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 1976 e constituída no Brasil em 20 de julho de 2018 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 01 de agosto de 2018, e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos de Energia Solar. A Companhia é controlada por:

- Canadian Solar Inc, - 6,80%
- Canadian Solar UK Projects Ltda – 6,60%
- Canadian Solar Netherlands Cooperatief U.A. – 6,60%
- Nebras Brazil Investiment 1 Ltda - 80%

A companhia possui 3 (três) controladas diretas descritas a seguir. Essas companhias têm como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica.

Relação de entidades controladas

	Participação acionária	
	2023	2022
Salgueiro 1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Salgueiro 2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%

Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para exploração de energia solar:

Projeto	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Salgueiro 1	Portaria 157	08/05/2018	35 anos	30
Salgueiro 2	Portaria 156	08/05/2018	35 anos	30
Salgueiro 3	Portaria 160	09/05/2018	35 anos	30

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas possuem os seguintes contratos de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data prevista de início	Mês de reajuste
Salgueiro 1	LEN A-4 004/2017	8,6	R\$ 143,70	IPCA	20 anos	16/02/2021	janeiro
Salgueiro 2	LEN A-4 004/2017	8,8	R\$ 145,98	IPCA	20 anos	16/02/2021	janeiro
Salgueiro 3	LEN A-4 004/2017	8,8	R\$ 146,66	IPCA	20 anos	16/02/2021	janeiro

Os Contrato de comercialização de energia elétrica acima demonstrados foram efetuados no ambiente regulado de energia – ACR por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 24 de abril de 2024.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de consolidação

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia inclui em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Sociedade em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o Resultado atribuível aos acionistas das controladas.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 24, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 10 - Imobilizado:** principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado
- **Nota explicativa 13 – Ressarcimento:** principais premissas utilizadas sobre os desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcidos ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência.
- **Nota explicativa 15 - Provisão para dissobilização:** principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

e. *Continuidade operacional*

O Capital circulante líquido positivo do Consolidado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 15.317 (R\$ 10.883 negativo em 2022). O Capital circulante líquido positivo do Controladora em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 194 (R\$ 7 positivo em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 *Resumo das principais políticas contábeis*

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. *Caixa e equivalentes de caixa*

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de

curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL) e no ambiente de contratação regulado (ACR). Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição, e são deduzidos da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015, considerando que a vida útil não ultrapassa o período remanescente do período de autorização.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao prazo de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários, com exceção da unidade de geração solar que teve sua vida útil econômica reavaliada.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso

for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para descomissionamento

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia e suas controladas, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia e suas controladas obtiveram por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 16. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,57% a.a.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 24.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas estão registrados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo circulante, quando puderem ser liquidados no prazo de 12 meses após a data do balanço. Do contrário, são classificados como passivo não circulante.

As despesas com juros e custos da transação são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e custos da transação foram inicialmente capitalizados aos itens do imobilizado correspondente e em despesas financeiras.

i. Imposto de renda e contribuição social correntes

Na Controladora, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada com

base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nas controladas, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

j. Reconhecimento de Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) A determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelos parques fotovoltaicos e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh), preço contratual e preço de liquidação das diferenças (PLD) médio do ano.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação. Os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração são ressarcidos por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de Janeiro do ano contratual seguinte até que haja liquidação do ressarcimento, considerando o maior valor entre 115% do preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração são ressarcidos por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de Janeiro do ano contratual seguinte até que haja liquidação do ressarcimento, considerando o maior valor entre o preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

k. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”)	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e bancos	<u>55</u>	<u>7</u>	<u>4.745</u>	<u>6.329</u>
	<u>55</u>	<u>7</u>	<u>4.745</u>	<u>6.329</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Clientes a receber

	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
Suprimento de energia	2.465	4.669
Mercado de curto prazo - CCEE	19	-
Suprimento de energia – Não faturado*	<u>3.734</u>	<u>-</u>
	<u>6.218</u>	<u>4.669</u>

Referem-se ao contrato de venda de energia no mercado regulado, no montante de R\$6.218 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.669 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui saldos vencidos (faturados e não faturados), portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido no mês subsequente.

7 Indenização a receber

	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
Indenização a receber	<u>27.543</u>	<u>-</u>
	<u>27.543</u>	<u>-</u>

O valor de indenização a receber no montante de R\$27.543 em 31 de dezembro de 2023 (R\$0 em 2022) refere-se integralmente ao processo SPECO1, para cobrança de danos, multa de

	2022	Adição (i)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	2023
Investimentos Controladas					
Salgueiro 1 Energias Renováveis S.A.	58.908	3.500	3.032	(278)	65.162
Salgueiro 2 Energias Renováveis S.A.	59.891	3.650	4.799	(1.743)	66.597
Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.	59.459	3.950	4.510	(50)	67.869
Total	178.258	11.100	12.341	(2.071)	199.628

	2021	Adição (i)	Equivalência Patrimonial	2022
Investimentos Controladas				
Salgueiro 1 Energias Renováveis S.A.	50.009	12.903	(4.004)	58.908
Salgueiro 2 Energias Renováveis S.A.	52.608	10.367	(3.084)	59.891
Salgueiro 3 Energias Renováveis S.A.	51.368	11.226	(3.135)	59.459
Total	153.985	34.496	(10.223)	178.258

(i) Integralização de capital nas investidas.

10 Imobilizado

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

a. Movimentação do imobilizado

	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição (i)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado em construção		36.067	4.097	-	-	40.164
Usinas - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,45%	6.690	15	-	(237)	6.468
Máquinas e Equipamentos	4,47%	408.223	1.009	(3.050)	(13.622)	392.560
Sistema de Transmissão de Conexão - Imobilizado em Serviço						
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,50%	1.766	-	-	(63)	1.703
Máquinas e Equipamentos	5,25%	14.711	-	-	(587)	14.124
Móveis e Utensílios	6,25%	39	-	-	(3)	36
Desmobilização (i)	3,75%	5.479	-	-	(205)	5.274
Total do ativo imobilizado		472.975	5.121	(3.050)	(14.717)	460.329

	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em construção		5.477	30.590	-	36.067
Usinas - Imobilizado em Serviço					
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,49%	6.927	-	(237)	6.690
Máquinas e Equipamentos	5,02%	426.030	-	(17.807)	408.223
Sistema de Transmissão de Conexão - Imobilizado em Serviço					
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,49%	1.828	-	(62)	1.766
Máquinas e Equipamentos	5,13%	15.278	-	(567)	14.711
Móveis e Utensílios	6,25%	41	-	(2)	39
Desmobilização	3,75%	-	5.779	(300)	5.479
Total do ativo imobilizado		455.581	36.369	(18.975)	472.975

- (i) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB, com uma taxa de desconto de 7,57% e 3,75% de taxa de depreciação.

Em janeiro de 2023 a unidade de geração solar da companhia teve a sua vida útil econômica reavaliada de 25 anos para 30 anos, tendo sido os seus impactos contábeis contabilizados de forma prospectiva com base no valor residual remanescente.

- (ii) O valor de adição de imobilizado que não afeta o caixa está informado na nota nº 25 (R\$32).

b. Composição do imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2023		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	40.164	-	40.164
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,47%	8.863	(692)	8.171
Máquinas e Equipamentos	4,86%	444.694	(38.010)	406.684
Móveis e Utensílios	6,25%	42	(6)	36
Desmobilização	3,75%	5.779	(505)	5.274
Total		499.542	(39.213)	460.329

	Taxa anual de depreciação	2022		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	36.067	-	36.067
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,49%	8.848	(392)	8.456
Máquinas e Equipamentos	5,07%	446.735	(23.801)	422.934
Móveis e Utensílios	3,13%	42	(3)	39
Desmobilização	3,75%	5.779	(300)	5.479
Total		497.471	(24.496)	472.975

11 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Materiais e serviços	3	3	4.349	2.327
Mercado de curto prazo – CCEE	-	-	-	2
	3	3	4.349	2.329

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica e os serviços e matérias para manutenção dos parques. No consolidado a provisão de materiais e serviços, em 31 de dezembro de 2023, foi no montante de R\$ 1.698.

Em 31 de dezembro de 2023, o consolidado da Companhia possui saldos vencidos superior a 90 dias, no montante de R\$ 522, que serão liquidados até a completion da obra.

12 Financiamentos

a. Composição dos empréstimos (consolidado):

	31/12/2023					31/12/2022				
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Consolidado										
Moeda nacional										
Banco Nordeste do Brasil S.A.	3.468	-	8.537	276.452	288.457	3.837	-	6.960	285.011	295.808
Total de dívidas	3.468	-	8.537	276.452	288.457	3.837	-	6.960	285.011	295.808

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 01 de janeiro de 2039. As parcelas do principal e encargos são pagos mensalmente.

b. Movimentação dos empréstimos (consolidado):

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2023
Consolidado					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	6.960	(6.982)	-	8.559	8.537
Juros	3.837	(20.271)	19.902	-	3.468
	10.797	(27.253)	19.902	8.559	12.005
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	285.011	-	-	(8.559)	276.452
	285.011	-	-	(8.559)	276.452

O montante de R\$ 19.902 de juros provisionados, foi para o resultado.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2025	9.747
2026	11.004
2027	12.330
2028	13.929
2029 a 2042	229.442
Total	276.452

Obrigações Contratuais – Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

Fianças bancárias;

Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;

Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva (nota explicativa nº 8);

Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;

Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de empréstimos não possui cláusulas restritivas (“covenants”).

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Bradesco e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

13 Mútuos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Principal	10.900	-	10.900	-
Atualização monetária	276	-	276	-
	11.176	-	11.176	-

Referem-se os valores de mútuos a pagar para a Francisco Sá Holding S.A. (R\$4.719) e a Lavras Holding S.A (R\$6.457), de acordo com o contrato de mútuo que vigorará pelo prazo de 2 anos, vencendo em 15/03/2025, no montante de R\$11.176 em 31 de dezembro de 2023 (R\$0 em 2022), e não terão incidência de encargos.

14 Ressarcimento

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ressarcimento	<u>3.647</u>	<u>9.070</u>
	<u><u>3.647</u></u>	<u><u>9.070</u></u>

Ressarcimento refere-se aos desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcido ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência, conforme nota explicativa nº 19 e reconhecimento de receita.

15 Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas usualmente possuem saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, oriundas principalmente de compartilhamento de gastos entre as SPEs.

(i) Contas a receber de partes relacionadas

	<u>Controladora</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salgueiro 1 Energias Renováveis S.A (a)	279	604
	<u><u>279</u></u>	<u><u>604</u></u>

- (a) Os saldos a receber referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassados s demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas. A companhia estima liquidar até o completion da obra.

(ii) Remuneração da administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 dos diretores estatutários representados pela Nebras do Brazil é paga pela Nebras Power Latin America Ltda, e os diretores estatutários representando a Canadian Solar são pagos pela Recurrent Energy.

16 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2048.

No ano exercício de 2023, a Companhia e suas controladas estimaram como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 38.519, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de R\$ 7,57% reconheceu o valor presente de R\$ 5.779.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaico.

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Provisão registrada durante o ano	5.779
Ajuste a valor presente	591
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.370
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.370
Ajuste a valor presente	483
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.853

17 Dividendos a pagar

(i) Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de dividendos a receber das controladas (R\$ 0 em 2022).

Controladas	2023		
	A receber	Recebidos no exercício	Saldo
Salgueiro 1 Energias Renováveis	278	-	278
Salgueiro 2 Energias Renováveis	1.743	-	1.743
Salgueiro 3 Energias Renováveis	50	-	50
	2.071	-	2.071

(ii) Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar referente ao exercício de 2023:

	2023
Dividendos constituídos	
Dividendos mínimos obrigatórios	1.934
	1.934

18 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 182.716 (R\$ 182.716 em 31 de dezembro de 2022), representado por 182.715.848 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Nebras Brasil Investment, detentora de 80% das ações e pela acionista Canadian Solar, detentora de 20% das ações. No exercício de 2023, não houve aumento de capital (R\$34.179 em 2022).

Destinação dos lucros:	2023	2022
Lucro a ser destinado:		
Lucro do exercício (-) absorção dos prejuízos acumulados	8.142	(3.847)
Constituição da reserva legal - 5%	(407)	-
	7.735	(3.847)

Destinação do lucro:

Dividendos complementares		
Dividendos	1.934	-
Lucros a disposição da AGO	5.801	-
	<u>7.735</u>	<u>-</u>

19 Receitas operacionais

	Consolidado	
	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	43.992	41.769
Ressarcimento - Suprimento de energia elétrica	(1.372)	(9.070)
Energia de curto prazo	361	581
Receita operacional bruta	42.981	33.280
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.568)	(1.215)
Total de deduções da receita operacional	(1.568)	(1.215)
Outros	-	262
Receita operacional líquida	41.413	32.327

20 Custos e despesa por natureza

	Controladora					
	2023			2022		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros	-	(30)	(30)	-	(32)	(32)
Outras	-	(55)	(55)	-	(58)	(58)
Total	-	(85)	(85)	-	(90)	(90)

	Consolidado					
	2023			2022		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(57)	-	(57)	(742)	-	(742)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(5.261)	-	(5.261)	(4.022)	-	(4.022)
Materiais	(221)	-	(221)	-	-	-
Serviços de terceiros	(5.430)	(794)	(6.224)	(3.391)	(408)	(3.799)
Depreciação	(14.718)	-	(14.718)	(18.975)	-	(18.975)
Seguros	(989)	-	(989)	(974)	-	(974)
Aluguéis e arrendamentos	(790)	-	(790)	-	-	-
Outras	-	(2.943)	(2.943)	-	(118)	(118)
Total	(27.466)	(3.737)	(31.203)	(28.104)	(526)	(28.630)

21 Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	2023	2022
Indenização	27.543	-
Total	27.543	-

O valor de outras receitas operacionais é de indenização do processo SPECO1 (nota 7).

22 Resultado financeiro

	Controladora		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	10	14	1.025	914
Outros juros e variações monetárias	-	-	-	27
Receitas financeiras total	10	14	1.025	941
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(19.902)	(12.886)
Ajuste a valor presente (desmobilização)	-	-	(483)	(591)
Comissão e fiança bancária	-	-	(3.891)	-
Outras despesas financeiras	(277)	298	(329)	290
Despesas financeiras total	(277)	298	(24.605)	(13.187)
Total resultado financeiro	(267)	312	(23.580)	(12.246)

23 Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$2.184 (R\$1.452 em 31 de dezembro de 2022)

Consolidado	31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	42.981	42.981
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	3.438	5.158
Demais receitas	1.015	1.015
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	1.448	736
Alíquota efetiva	3,29%	1,67%
Consolidado	31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	33.279	32.279
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.662	3.993
Demais receitas	927	927
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	939	513
Alíquota efetiva	2,75%	1,50%

Durante o exercício de 2023 foi pago pelo Consolidado R\$ 1.327 referente o ano de 2023 e R\$

404 referente o ano de 2022.

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e suas controladas são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

		<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
		Custo	Valor justo	Nível	Custo	Valor justo	Nível
		amortizado	por meio de		amortizado	por meio de	
			resultado			resultado	
Controladora							
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
	Caixa e bancos	5	55	-	7	-	
	Contas a receber de partes relacionadas	15	279	- Nível 2	604	- Nível 2	
		<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
		Outros	Nível		Outros	Nível	
		passivos			passivos		
		financeiros			financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado							
	Fornecedores	11	3		3		
	Mútuos a pagar	13	11.176	Nível 2	-	Nível 2	

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	55	55	7	7
Contas a receber de partes relacionadas	15	279	279	604	604

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	11	3	3	3	3
Mútuos a pagar	13	11.176	11.176	-	-

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	4.745	4.745	6.329	6.329
Clientes a receber	6	6.218	6.218	4.669	4.669

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	11	4.349	4.349	2.329	2.329
Financiamentos (a)	12	288.457	288.457	295.808	295.808
Mútuos a pagar	13	11.176	11.176	-	-

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB, que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura e de que o respectivo financiamento foi contraído sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir vencimentos de curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil e não foi incluído na tabela acima

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos, baseadas em premissas macroeconômicas obtidas pela área de controladoria da companhia.

Variações das taxas índices	31/12/2023	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de índices				
IPCA	4,62%	3,81%	4,76%	5,72%
CDI	13,04%	9,00%	11,25%	13,50%

Consolidado

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2023	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA (a)	288.457	10.990	13.738	16.485
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	7.759	698	873	1.047

(a) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus

(b) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Controladora	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2022						
Fornecedores	3	3	3	-	-	-

Controladora	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2023						
Fornecedores	3	3	3	-	-	-

Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2022						
Fornecedores	2.329	2.329	2.329	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	295.808	296.460	10.797	8.535	33.075	244.053

Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2023						
Fornecedores	4.349	4.349	4.349	-	-	-
Arrendamento	414	414	414	681	2.043	15.401
Financiamentos	288.457	289.148	12.005	9.747	37.263	230.133

25 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia e suas controladas estão demonstradas a seguir:

	2023	2022
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício (notas 10 e 11)	32	(4.742)
Provisão para desmobilização (nota 16)	-	5.779
Capitalização de juros de financiamentos (nota 12)	-	8.083
Adiantamento de fornecedor	-	10.787
Partes relacionadas (nota 15)	-	(7.418)
Obrigações tributárias	-	16
	32	12.505

26 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Risco possível

Processo Civil – SNEF

A SNEF entrou em ação contra a companhia para cobrar custos extras no montante de (R\$ 9.666). A Companhia entrou em contra ação, no montante de (R\$ 39.303)

Processo Civil – Guarnieri

A Guarnieri entrou em ação contra a companhia para cobrar o laudo de medição no montante de (R\$ 261). A Companhia entrou em ação contra a Guarnieri para declarar o processo aberto contra a companhia nulo, pelo fato de Guarnieri ser o atual devedor de valores a Companhia.